



SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • € 0,75 • Ano XI • Janeiro/Fevereiro 2002 • Nº 49

DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

Os Sargentos de Portugal, como é seu apanágio e respeitando a honrosa memória dos seus antepassados, não deixarão de pugnar para que, neste período de campanha pré-eleitoral em que os partidos, que se irão comprometer sobre o que tencionam fazer nos próximos quatro anos para debelar a crise e para que o País retome o seu lugar no contexto das nações, tornem claro o que se propõem fazer acerca da matéria de Defesa Nacional, das Forças Armadas e para se pôr termo a este calvário de problemas colocados aos militares.

Págs. 6, 7 e 8



PERGUNTAS AOS PARTIDOS

Que Forças Armadas para Portugal?

Pág. 4



EUROMIL MANIFESTAÇÃO EM BRUXELAS ANS PRESENTE

Pág. 12

A sede é nossa

Pág. 2

Acorda,
camarada

Pág. 2

111 anos
depois

Pág. 3

Sargentos
exigem
resolução dos
problemas

Pág. 4

Os filhos da
outra senhora

Pág. 5

Foia - ER 1:
esquecidos

Pág. 5

Sobre
estratégia

Pág. 9

Contagem
de tempo
de serviço
aos veteranos
de guerra

Pág. 10

ANS alterou
estatutos

Pág. 10

EDITORIAL

Tempos de coesão e acção

Os últimos acontecimentos que trouxeram as Forças Armadas para os jornais não constituíram surpresa para nenhum de nós.

Há muito que temos vindo a alertar. Há muito que reclamamos medidas. Ninguém, mas ninguém mesmo, pode dizer que não sabia, sobretudo os que têm especiais responsabilidades institucionais. Julgamos não ser necessário dizer mais nada sobre responsabilidades.

Mas já pensamos ser necessário fazer lembrar que, alguns que hoje tudo dizem resolver nada fizeram quando lá estiveram; lembrar que o processo de degradação e desinvestimento nas FA's começou em 1992; lembrar a chamada *Lei dos Coronéis* que, na realidade, mais se aplicou aos sargentos; lembrar quem aplicou e como aplicou o Sistema Retributivo que tantas injustiças ainda hoje provoca, etc.

O silêncio dos dois principais partidos a propósito dos recentes acontecimentos é também revelador. Se entendemos, agora e aqui, colocar assim, frontalmente, esta questão, é porque entendemos que a situação é demasiado séria e porque não foram os paliativos conjunturais encontrados que resolveram os problemas. Longe disso. A situação das FA's é difícil.

Os nossos problemas acumulam-se e novos surgem, como seja, a situação dos sargentos do Exército e do regulamento da avaliação.

Adivinham-se tempos difíceis, mas não viraremos a cara. Coesos e prosseguindo a nossa acção, saberemos transformar a realidade e transformar legítimos sonhos num futuro mais digno. ●

APÊLO

É frequente, quando ocorre mudança de morada, esquecermo-nos de informar a ANS para efeitos de envio de correspondência e do nosso jornal, continuando este a seguir para a morada antiga, com evidentes prejuízos. Assim:

☛ **Informa a secretaria da ANS da nova morada.**

☛ **Quotas**

Não esqueças de actualizar o pagamento das quotas em atraso. O novo valor anual da quota (em 2002) é de 33 €. Dadas as dificuldades na cobrança directa, facilita o pagamento através de conta bancária (solicita ao Delegado da ANS o impresso para declaração de desconto bancário).
Contacta-nos! ●

FINALMENTE, A SEDE É NOSSA!

No passado dia 11 de Fevereiro, viveu-se mais um momento histórico e de grande significado na vida desta tão querida e tão nossa ANS!

Pelas nove horas daquela manhã, nas instalações do Montepio Geral, no Largo da Graça procedeu-se à escritura pública do acto de aquisição do imóvel situado na Rua Barão de Sabrosa, n.º 57, 2.º andar, para Sede Nacional da Associação Nacional de Sargentos.

Finalmente, camaradas, depois de um processo longo, penoso, profundamente desgastante, tais foram os obstáculos levantados à concretização deste objectivo, finalmente, dizíamos, a Sede

Nacional é nossa!

Nossa, de todos os Sargentos de Portugal!

Nossa, de todos aqueles que acreditaram e acreditam neste projecto de dignificação sócio-profissional dos Sargentos, cidadãos em uniforme!

Nossa, e de todos os vindouros que terão o seu património enriquecido por todos aqueles que antes deles ousaram sonhar!

E tanto mais significativo é este acontecimento quanto o foi a forma encontrada para o concretizar. A Sede é nossa, apenas com o fruto do nosso esforço, do nosso trabalho, da nossa dedica-

ção como Sargentos de Portugal! Não recorremos à figura do pedido esmolar, nem ao facilitismo dos favores mais tarde cobrados ou a cobrar.

Não! Lutámos por alcançar o objectivo e teremos que continuar a fazê-lo para cumprir o compromisso assumido. De outra forma não sabemos ser. De outra forma não seria possível sermos nós!

Os Sargentos de Portugal estão pois, todos de parabéns!

Os Sargentos de Portugal só têm um caminho. E esse caminho é sempre em frente no sentido da Dignificação Sócio-Profissional! ●

CONTINUA-SE A FALAR DOS EQUIPAMENTOS MILITARES E DAS OPERAÇÕES, E A SITUAÇÃO DO PESSOAL QUE PRESTA SERVIÇO NAS FFAA CONTINUA RELEGADA PARA SEGUNDO PLANO OU MESMO PARA NENHUM PLANO, COMO SE OS MELHORES EQUIPAMENTOS E AS OPERAÇÕES MAIS BEM PLANEADAS NÃO NECESSITASSEM DE PESSOAL PARA AS EXECUTAR.

Acorda, Camarada !!!

Nos últimos dias a imprensa tem dado grande destaque à situação de ruptura e desnorte que se vive nas Forças Armadas (FFAA), em virtude dos brutais cortes orçamentais de que o Ministério da Defesa Nacional e os Ramos foram alvo, impedindo o seu normal funcionamento.

Na verdade, há longo tempo que a Associação Nacional de Sargentos vem alertando para esta situação e este destaque dado agora só peca por tardio e por, ainda assim, não revelar a total extensão do desastre, pois continua-se a falar dos equipamentos militares e das operações, e a situação do pessoal que presta serviço nas FFAA continua relegada para segundo plano ou mesmo para nenhum plano, como se os melhores equipamentos e as operações mais bem planeadas não necessitassem de pessoal para as executar.

Esta situação é por demais preocupante pois os problemas que se vão arrastando durante anos a fio, continuam sem respostas concretas por partes das entidades responsáveis, provocando um contínuo agravamento da qualidade de vida dos militares e das suas famílias, assim como um aumento da desmotivação nas fileiras e, se atendermos a que a quase totalidade dos nossos problemas são questões de injustiça e de incumprimento de leis por parte do governo, então ainda aumentam as razões para estarmos preocupados e perplexos com todo este cenário, senão vejamos:

☛ O DL 202/93, que define os quadros orgânicos, caducou em 1997 e até hoje continua teimosamente sem ser revisto, apesar de todos os pedidos e propostas apresentadas, fazendo com que muitos Sargentos permaneçam no mesmo posto por vezes por mais de 20 anos;

☛ As sucessivas revisões do EMFAR têm introduzido medidas que implementam a polivalência, a flexibilidade e desvalorização profissional, menoriando o papel do Sargento, e todas as propostas para contrariar esta intenção têm sido recusadas;



☛ A nível do sistema retributivo, tarda a equiparação à GNR (uma questão de justiça) e a recuperação dos diferenciais e escalões ilegalmente retirados;

☛ A assistência na doença tem sofrido cortes sucessivos, com a redução da lista de medicamentos comparticipados (deixaram de ser comparticipados mais de 500 medicamentos) e, mais recentemente, a diminuição das comparticipações em vários exames médicos e análises; além disso, o Hospital Militar Principal deixou de dar crédito aos Ramos e os militares e familiares só recebem tratamento se assumirem a despesa, caso o Ramo não pague ao hospital;

☛ O complemento da pensão de reforma não está ser pago a um grande número de reformados, ascendendo a dívida, neste momento, a mais de 40 milhões de Euros (8 milhões de contos) e existem mesmo propostas para reduzir os vencimentos na reserva;

☛ Na Armada, um grande número de Praças esteve largos meses a receber apenas uma parte do seu vencimento e muitos não receberam mesmo qualquer vencimento;

☛ No último trimestre do ano passado, os militares a prestar serviço nas embaixadas receberam os seus vencimentos com atrasos consideráveis;

☛ As condições de trabalho nas nossas unidades pioram de dia para dia, assistindo-se a um degradar progressivo das instalações e havendo mesmo quem tenha que comprar ferramenta para executar as acções de manutenção que lhes estão atribuídas;

E poderia continuar assim, linhas e linhas a fio...

Surge então uma questão para nós essencial:

→ **O que nos reserva o futuro, enquanto militares das FFAA?**

As FFAA estão de há uns anos a esta parte a seguir um caminho idêntico ao tomado por todos os sectores de principal importância para a soberania nacional: *desinvestimento, esvaziamento, redução e eventual extinção*.

Vejamos o que se passa no sector das pescas em que se paga para abater navios; no sector da agricultura em que se paga para não produzir; no sector da indústria, onde empresas de grande dimensão como a Lisnave, Setenave e Siderurgia Nacional, entre tantas outras, acabaram em falências com graves prejuízos económicos e sociais, com milhares de desempregados e famílias sem rendimentos assegurados.

Tudo aponta para a redução das FFAA, mas ninguém diz o que quer fazer com as dezenas de milhares de militares que não vão ter lugar nas FFAA do futuro...

É bom que todos nós comecemos a pensar nisto desde já, antes que seja tarde demais, pois parece que alguém quer fechar a nossa fábrica e, se até agora temos andado a lutar por questões de carreiras, vencimentos e dignidade, arriscamo-nos a, dentro em breve, termos que lutar pela defesa do nosso posto de trabalho.

Pensa nisto, Camarada...
E acorda!!! ●

José Pereira
Vice-Presidente da Direcção

A REVOLTA DOS SARGENTOS

111 Anos depois

Aludir à Revolta dos Sargentos para derrubar a monarquia constitucional há 111 anos, é não só lembrar mas sobretudo homenagear os Homens do 31 de Janeiro que lutaram pela República e por princípios democráticos.

Evocar o 31 DE JANEIRO é reafirmar o carácter da Classe de Sargentos que deseja ver reconhecido este DIA NACIONAL DO SARGENTO.

Cumprimo-nos pois saudar a memória de todos aqueles que nos antecederam tão dignamente.

Permitam também palavras de saudação aos sargentos que dedicaram e dedicam parte das suas vidas à construção e afirmação da Associação Nacional de Sargentos, que tem atravessado com êxito assinalável as vicissitudes próprias de uma evolução histórica sempre marcada por dificuldades devidas a governos com nós autoritários.

A mensagem da liberdade, em Portugal, ainda nem todos a compreendem. A liberdade não só é uma afirmação de princípios, como também estabelece uma diferença marcante na ideologia e nos desígnios programáticos face aos autoritaristas.

Não há futuro sem passado nem obra digna de homens livres que não se fundamente no pleno exercício dos direitos e da liberdade.

Os sargentos actuais, no esforço de transformação do presente, não devem deixar de aproveitar as ricas experiências de outros sargentos em outros tempos.

Evocar o passado e tratá-lo com o fim de o tornar presente às novas gerações de sargentos e à memória dos contemporâneos, é um exercício de liberdade indispensável à democracia que desejamos.

Por outro lado, é sempre necessário mostrar aspectos pouco conhecidos da nossa História, ignorados devido à intencional ocultação da Historiografia "oficial".

Em 1891, o 31 DE JANEIRO, a despeito do malogro, significou, pela audácia e consciencialização de princípios, uma etapa decisiva da luta do povo português pela institucionalização de preceitos democráticos, reclamados de há muito, mas sistematicamente ignorados na prática governamental de então.

E, note-se, princípios democráticos tais como:

- ▲ Reivindicação da soberania popular.
- ▲ Liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião.
- ▲ Institucionalização do ensino gratuito e obrigatório.
- ▲ Dignificação da mulher, no trabalho e na vida social.
- ▲ Efectiva protecção à criança.
- ▲ Exigência de uma radical moralização da Administração Pública, punindo-se pelo princípio de incompatibilidade entre o exercício de cargos públicos a alto nível e a simultânea actividade especulativa de gestão de empresas, acumulação que acabou por transformar o Poder em força de pressão sobre o povo, em benefício dos financeiros de toda a espécie.

Se não fora a traição de alguns e alguma ingenuidade revolucionária dos

Vencidos, talvez a data da implantação da República em Portugal tivesse avançado duas décadas.

A repressão foi imediata e odiosa, como todas as repressões. Prisões, deportações, exílios, e até a pena de morte foi pedida para os patriotas do 31 DE JANEIRO.

Em "Documentos Vivos da História de Portugal", João Chagas refere que a REVOLTA DE 31 DE JANEIRO "foi largamente fecunda, pois determinara o mais benéfico abalo por que passou a sociedade portuguesa no século XIX".

Os Sargentos sabiam pois o que desejavam e entraram em força no "terramoto" de 1891.

Evocar o passado é indispensável.

Mais perto de nós, em 1969, nos Estados Maiores da nossa Tropa, faziam-se Relatórios de Acção Psicológica onde se referia que a Classe de Sargentos recebia sempre negativamente as actualizações de vencimentos. Era grande a preocupação das Chefias, pois a Classe de Sargentos aludia a discriminações e, "eticamente não era aceitável", pois não se subordinava aos superiores interesses da nação... Assim diziam eles.

Evocar o passado é indispensável.

Ainda mais perto de nós, em fins de 1974, em plena Revolução de Abril, a Coordenadora dos Sargentos elaborou um Caderno de Propostas para o Movimento das Forças Armadas. Caderno que reflectia a situação e o distanciamento com que a Classe de Sargentos até aí era vista.

Os Sargentos reivindicavam:

- ▲ Um Estatuto próprio.
- ▲ A reformulação de carreiras.
- ▲ A definição de funções.
- ▲ Mais dois postos para a Classe.
- ▲ Órgãos representativos e associativos.
- ▲ O fim das discriminações nos aumentos salariais.
- ▲ A revisão toda a doutrina militar que consagrava os sargentos como "praça de pré".

Hoje é necessário lembrar o presente.

Os Sargentos são muitos mil no activo, no conjunto dos três Ramos das Forças Armadas, a que se juntam mais muitos mil na reserva e na reforma.

Continuam a ser as Formigas da Tropa que constituem a base técnica das Forças Armadas.

Classe que numa permanente preocupação com os seus assuntos profissionais, sociais e económicos, sempre tem feito compreender que os seus movimentos não se circunscrevem apenas à celebração de efemérides.

No longo processo percorrido pela Classe, a par de intenções e promessas sucessivamente adiadas, quer de chefias militares quer de dirigentes políticos, os sargentos não foram nem têm sido espectadores passivos de políticas erróneas e desleais para os militares.

Inequivocamente se reconhece que as questões dos militares passaram a ser tratadas diferentemente pelo poder político, desde que a Classe de Sargentos constituiu a sua Associação Nacional, contra a visceral recusa da máquina hierárquica, obstáculo considerável que,



parece, só agora ter sido ultrapassado.

A implantação do Associativismo, do direito de associação profissional dos militares, é um factor de optimismo, conjugado com as medidas que os sargentos poderão contar vindas das Chefias.

Mas é bom não esquecer que a Classe de Sargentos está em rejuvenescimento constante, apresentando cada vez maiores exigências e solicitações técnico-profissionais e também sociais e culturais.

Continua a ser necessário que a Classe de Sargentos se mantenha interessada e participativa, porque existem anseios que não se devem esconder ou desconsiderar.

Por outro lado, os governos têm feito que resolvem mas, não resolveram.

Este último tomou poucas medidas. Transformou legalmente, a contra gosto, algumas velhas aspirações dos Sargentos, mas muito simuladamente.

Criou graves problemas de perda de garantias. Impôs a flexibilidade e a polivalência nas Forças Armadas, na figura do retrocesso funcional e na desvalorização profissional, e isto praticamente só para a Classe.

Nos vencimentos, nos últimos 20 anos, no âmbito da Administração Pública, os vencimentos dos militares foram os que mais se degradaram.

Vieram as conhecidas discriminações e as injustiças criadas com o DL 328/99 e com outros.

São conhecidas as promessas governamentais sobre medidas intercalares para a recuperação dos vencimentos dos militares. Promessas.

Os problemas de carreiras, vencimentos, funções, de justiça militar e outros, para alguns analistas são devidos à incompetência, para outros ao desconhecimento da matéria, para outros ainda à inoperância e à inépcia dos governantes.

Para nós, o quadro aponta mais para a premeditação. Premeditação leviana e retaliadora.

As Forças Armadas Portuguesas vêm pagando, pela calada, o seu ónus pela Revolução de Abril.

A situação nova exige que continuemos organizadamente a esforçarmo-nos por encontrar sempre uma linha justa para a nossa conduta.

Nesta realidade, o "O SARGENTO", o jornal dos Sargentos, prosseguirá com clareza a luta pela defesa dos interesses

dos sargentos, dos militares, que, anos a fio, têm sofrido os efeitos de uma política laxista que muito os tem prejudicado e à Instituição Militar.

Continuará a demonstrar que é indispensável organização e luta em torno das questões dos sargentos, dos militares, da sociedade onde a Instituição Militar deve caber por direito próprio, sem beliscar o pão de cada um e sem conviver com a insultuosa riqueza hoje tão evidente.

Nestes 28 anos de liberdade e democracia, verificamos que a vida dos militares muito pouco tem andado para a frente. Verificamos que a imagem da sua função na sociedade tem sido vilmente desvirtuada.

Nestes 16 anos de adesão à Comunidade Europeia, têm-se sucedido desilusões sobre desilusões. A qualidade de vida, profissional e social dos cidadãos militares europeus, ainda cá não chegou, muito embora os militares, os Sargentos portugueses, partilhem com eles as mesmas missões e operações militares de alta perigosidade.

É forçoso que o Órgão Superior da Administração Pública reconheça a importância que é devida constitucionalmente à Instituição Militar, às Forças Armadas e aos seus elementos.

É forçoso que haja seriedade no tratamento dos problemas dos Sargentos.

Vêm aí as eleições. Esperamos que alguma coisa mude de concreto em benefício da tão desejada e tardia dignificação das Forças Armadas e dos seus elementos.

Da parte dos Sargentos os problemas estão diagnosticados.

O Comandante Supremo chamou a atenção dos Partidos para que digam de uma vez por todas o que pretendem das Forças Armadas.

Do passado vem a grande obra iniciada a 31 DE JANEIRO.

No presente, salvo algumas excepções, transparece a prosa dos nossos realengos do passado.

O futuro, os Sargentos já o sabem de há muito tempo, constrói-se numa perfeita identidade de ideias e sentimentos, com UNIDADE, CONFIANÇA e LUTA.

VIVA O DIA NACIONAL DO SARGENTO!

VIVA PORTUGAL! ●

Armando Parreira

Sargentos exigem resolução dos problemas PELA DIGNIFICAÇÃO DA CLASSE!

Os Sargentos, reunidos no dia 20 de Fevereiro de 2002, na Voz do Operário em Lisboa, preocupados com a desmotivação e descontentamento que grassam nas fileiras da Família Militar, provocados pela grave crise orçamental, pela indefinição acerca do futuro das Forças Armadas e pela ausência de resposta para os problemas, injustiças e retrocessos sobejamente expostos junto das autoridades competentes, resolveram o seguinte:

Considerando que o momento que estamos a viver é, simultaneamente, de grave crise da Instituição Militar e ante-véspera de eleições legislativas, nas quais vamos eleger os que irão conduzir os destinos do País nos próximos quatro anos, reputam oportuno, necessário e premente dar resposta à proposta repetida de **SEXA o Presidente da República** para se colocar a matéria da Defesa Nacional, das Forças Armadas e dos militares, na agenda política e no debate nacional, para que todos saibamos o que pensamos sobre a matéria e se propõem fazer os vários candidatos.

É nesse sentido que os Sargentos presentes formulam **quatro perguntas**, que desejam ver respondidas nos programas eleitorais (ler caixa publicada em baixo).

Os Sargentos presentes também consideram que, se é certo que o Governo tem agora um âmbito executivo limitado às questões de gestão até que um novo o substitua, não é menos verdade que um conjunto dos mais importantes problemas que nos afectam se devem ao incumprimento da lei.

Consideram que pugnar pe-



lo cumprimento da lei além de ser um acto de mera gestão governativa é um dever a que nenhum primeiro-ministro se pode escusar.

Os Sargentos presentes, porque estão profundamente convictos da razão que lhes assiste, não abdicarão de exigirem a **resolução dos seguintes problemas:**

1. Cumprimento do estipulado nos artigos 12.º e 19.º do DL 328/99 de 18 de Agosto e com parecer favorável do próprio Ministério (reposição dos escalões e diferenciais absorvidos);
2. Reposição da equidade na tabela indiciária dos militares das Forças Armadas com a dos militares da GNR como impõe o DL 184/89;
3. Cumprimento do estipulado no artigo 9.º da Lei 25/00,

pagando os complementos de pensão em dívida aos camaradas reformados;

4. Revisão do DL 236/99 (EMFAR) de modo a que os militares, à semelhança do que já está estabelecido para a restante administração pública e no cumprimento de uma promessa solene do Primeiro Ministro, possam gozar do mesmo regime de férias e serem compensados pelo dia de férias respeitante a 2001 que não usufruíram por esta revisão ainda não ter sido feita;
5. Cumprir com o dever legal de estabelecer critérios e um regime de direitos iguais para todos os funcionários da Administração Pública resolvendo o problema da adopção do subsídio de insularidade para os militares em comissão nas Regiões

Autónomas dos Açores e da Madeira;

6. Revisão dos quadros orgânicos das Forças Armadas que pelo DL 202/93 já deveria ter ocorrido em 1997, para a qual os dois últimos Governos receberam dos CEMs as respectivas propostas, atempadamente, e cujo incumprimento está a colocar problemas funcionais que poderão mesmo comprometer alguns serviços;
7. Cumprir com o prometido pelo então MDN Dr. Jaime Gama e transposto para o preâmbulo do DL 328/99, de 18 de Agosto, revendo o sistema retributivo.
8. Suspender a eficácia do art. 190.º do EMFAR de forma cautelar até que um estudo profundo analise e preveja as consequências de tal medida

para a carreira dos militares e para as Forças Armadas (exclusão da promoção e passagem compulsiva à Reserva).

Consideram que também o Governo, neste momento de despedida, pode e deve aproveitar a dificuldade e transformá-la numa oportunidade de se redimir resolvendo os problemas que criou durante o tempo de exercício dos dois últimos governos. É nesta convicção que tudo faremos, por todos os meios possíveis, para que ainda durante a sua vigência as soluções conhecidas sejam dotadas dos meios adequados.

É também neste ambiente de dificuldades ímpares na história das Forças Armadas Portuguesas que reafirmamos a certeza de que não desistiremos de alcançar os objectivos justos pelos quais lutamos e de que a **DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL** para nós não tem preço e é um valor do qual não abdicamos.

Os Sargentos presentes reafirmam a sua confiança na Direcção da ANS para levar a efeito as acções necessárias para os objectivos aqui aprovados sejam concretizados.

Nesta hora difícil reafirmamos a nossa inteira disponibilidade para servir o País nas Forças Armadas, defender a sua coesão e a disciplina militar, garantir a sua operacionalidade e cumprir com o zelo que é nosso apanágio.

Os Sargentos de Portugal saberão mais uma vez, num momento difícil e complexo, estar à altura de defender a Dignidade da classe dos Sargentos e do País, dignificando simultaneamente a sua condição sócio-profissional de Cidadãos em Uniforme! ●

Perguntas que queremos ver **RESPONDIDAS!**

Continua a assistir-se a um debate em circuito fechado, centrado em questões acessórias que tendem a desviar as atenções do essencial. Discute-se se as Forças Armadas (FA) devem ter ou não um comando conjunto, se devem ter uma estrutura mais flexível ou não, etc., etc.

No entanto, a realidade remete-nos para questões mais terrenas. Saber como levar o Governo a dotar os ramos com as verbas necessárias para pagar os combustíveis e restante despesa inerente à operacionalidade dos navios. Saber como rectificar um Orçamento de Estado que não permite que as tripulações dos aviões tenham o mínimo de horas de voo que lhes garante a certificação; como o Exército garante a saúde dos seus homens após um corte de 42% na área da saúde militar, e como sanar os problemas de tesouraria sem recor-

rer a empréstimos bancários.

Seria útil que a discussão descesse à terra e não se ficasse no éter. No entanto, e em sede dos programas eleitorais dos partidos importa ver respondidas as grandes questões da Defesa Nacional, das Forças Armadas e dos militares. É importante que saibamos com o que contamos e que as opções políticas sejam assumidas.

O conjunto de perguntas a que urge dar resposta, em sede dos programas eleitorais, são as seguintes:

● **Em matéria de segurança e defesa nacionais pretende-se manter uma posição avulsa na resolução dos problemas ou pretende-se definir os conceitos estratégicos nacionais, de defesa nacional e implementar um sistema de forças consequente?**

● **Qual o modelo de Forças Armadas que se defende para Portugal nos contex-**

tos nacional, europeu e internacional?

● **Deixa-se manter o quadro de degradação infernal, de grande carência de pessoal, de desrespeito pelos anseios e expectativas de quem serve o País nas FA, de incumprimento da lei e de quebra da equidade interna e externa no seio da administração pública, de profunda desmotivação, ou assumem-se as medidas necessárias e urgentes para inverter esta situação?**

● **Mantém-se o quadro orçamental no limiar do colapso numas áreas, em franca ruptura noutras ou assume-se a urgente e extraordinária revisão orçamental de modo a garantir que os ramos cumpram com dignidade a missão constitucional e os compromissos internacionais e continuem a honrar o nome do País?**

São, apenas, quatro perguntas para as quais gostaríamos de ver respostas claras, e não embrulhadas em papel colo-

rado, sem conteúdo. Respostas como as que os líderes dos dois partidos que têm recolhido maior apoio eleitoral deram no início do debate, como que a pôr fim à conversa, não aceitamos como válidas.

Dizer que o poder decide e os militares obedecem, é uma resposta que está ao nível da opinião que punha os militares a cumprir as missões de bicicleta, se necessário fosse!

Dizer que se o País não tem dinheiro para os navios navegarem, então não se comprem navios, está mais próxima da opinião de um membro de uma qualquer comissão liquidatária do que de quem se está a candidatar a deputado e, por essa via, se tiver apoio eleitoral, a governar o País.

O País necessita de respostas claras para as questões que colocamos e as FFAA não podem ser mais adiadas do que hoje já estão! ●

Os filhos da outra senhora...

Novamente os *incentivos*. Será que, porventura, pensavam que nos venciam pelo esquecimento e obtinham, da nossa parte, como resposta, o silêncio e a sonolência da compaixão para com este Governo a prazo, intitulado de gestão?

Engana-se quem pensa que adormecemos no embalar suave do conformismo, que nos embriagamos no chorrilho de promessas vãs e que nos deixamos levar pela música insípida e triste da "letra morta" dos decretos-lei que nos prometem o que não nos querem efectivamente dar.

Pariu-se, há relativamente pouco tempo, uma lei para complementar o Decreto-Lei dos incentivos, de 15 de Dezembro de 1999. Finalmente, pensávamos nós, vão cumprir o que haviam prometido há mais de um ano. Puro engano e clara ilusão de óptica.

É com enorme pesar, e reforçando sentimento de injustiça, que somos obrigados a concluir que nas Forças Armadas Portuguesas, uns são filhos e os outros filhos também, mas descendentes da outra senhora, aquela cujo nome tem quatro letrinhas apenas e a primeira é a letra p.

A referida lei, esquecendo-se propositadamente (ou por manifesta falta de competência) das **promessas de equiparação dos Sargentos em Regime de Contrato (RC), aos camaradas do mesmo posto do Quadro Permanente (QP), vem apresentar uma nova grelha salarial que beneficia sobretudo a maioria do pessoal em preparação com destino ao Quadro Complementar (RC).**

Por outras palavras, assiste-se a uma **discriminação**, sem precedentes, para com todos aqueles que há já alguns anos fazem parte do referido quadro, em benefício claro daqueles que chegaram ontem e dos que estão para chegar amanhã.

A nova lei complementar é mais um enganador piscar de olhos para o ingresso nas Forças Armadas (pois apenas vem melhorar a situação dos futuros contratados

no período de instrução) e mais uma desilusão para todos aqueles que, vendo-se no fim dos contratos, continuam sem direito a um futuro e sem verem cumpridas todas as promessas feitas, nomeadamente:

- SUPLEMENTO DE RESIDÊNCIA;
- OITO HORAS SEMANAIS PARA ESTUDO;
- EQUIPARAÇÃO SALARIAL AO QP;
- PREFERÊNCIA EFECTIVA NO INGRESSO DOS QUADROS DA FUNÇÃO PÚBLICA;
- SALAS DE ESTUDO E O ACESSO EFECTIVO À INFORMAÇÃO.

Por uma simples questão de pudor, não vamos revelar o nome da senhora da qual querem fazer crer que descendemos, mas o certo é que continuam a tratar-nos como bastardos, no pleno sentido negativista do termo.

A mesma classe

É com enorme alegria e satisfação que, entre os dias 30 de Janeiro e 2 de Fevereiro, por esse país fora, nas comemorações do Dia Nacional do Sargento, encontramos reunidos e principalmente unidos, Sargentos do QP e Sargentos em RC, militares no Activo e militares na Reserva.

É com profundo orgulho e renovada esperança, poder acalentar a ideia de união numa classe que, infelizmente, se tem revelado desunida e desagrupada.

É chegada a hora de, todos juntos (QP's, RC's e Reservistas), procurarmos conjuntamente soluções e lutarmos como se um único corpo se tratasse, pelos problemas que nos afligem e atingem uma classe que é, ao fim ao cabo, a nossa. Rejeitamos, pois, qualquer ideia de Sargentos de primeira e sargentos de segunda ou quinta, pois pertencemos, em conjunto, à mesma classe e somos todos Sargentos de Portugal ou **será que não?**

FOIA - ER 1

Esquecidos no alto da serra - II



Há exactamente um ano atrás escrevemos nas páginas deste jornal (o n.º 45), um artigo com este mesmo título. De novo, e também por ocasião das comemorações do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento, uma delegação da ANS deslocou-se ao Algarve para um jantar de confraternização com os nossos camaradas da Força Aérea que prestam serviço na Esquadra de Radar N.º 1, em Foia, e o cenário encontrado foi praticamente o mesmo de há um ano atrás.

Se é verdade que na sequência da notícia publicada em "O Sargento" houve alguma agitação que levaria a supor estarem as entidades responsáveis à procura de resolução para alguns dos problemas então apontados, particularmente no que respeita às questões da saúde, também é verdade que esta agitação não passou de isso mesmo e um ano volvido a situação é a mesma. De facto, dizer "a mesma" não será de todo verdade pois, entretanto, ocorreram determinados factos que vieram alterar — para pior — a realidade!

Estes camaradas, que com enorme esforço e dedicação mantêm operativos, 24 horas por dia, os tão imprescindíveis equipamentos existentes naquela estação e instalações adjacentes, sentem-se esquecidos e penalizados. De entre as queixas que pudemos registar destacam-se as que dizem respeito à dificuldade na assistência médica, nomeadamente na falta de uma visita periódica de um médico, obrigando aqueles militares e respectivos agregados familiares a deslocarem-se a Lisboa ou Beja, uma vez que praticamente

não existem na zona clínicas médicas com acordos com a ADMFA, e nas que possam eventualmente existir ou vir a existir a consulta não é gratuita. A própria especificidade da missão desempenhada, dadas as características técnicas das instalações, deveria proporcionar a estes profissionais mais complexos, facto que não está a acontecer, apesar dos apelos insistentemente lançados.

Se há um ano atrás a situação já era crítica a nível do quantitativo de pessoal, que obrigava estes camaradas ao desempenho de tarefas para as quais não estavam técnica e pessoalmente vocacionados, a realidade é hoje bem mais grave face à redução em mais de 20% dos efectivos. A simples mudança de alguns elementos tem aumentado as dificuldades, pois são bastante diferentes os níveis de formação e continua por realizar formação técnica específica para a manutenção dos equipamentos ali existentes.

Contudo, a missão continua a ser cumprida com rigor, zelo e dedicação devido ao elevado nível de profissionalismo destes militares que, apesar das dificuldades nascidas neste clima de descontentamento sabem torner os momentos de tensões pessoais mais desagradáveis que sempre acabam por surgir.

Esperamos que as respostas para obviar estas dificuldades surjam com a maior brevidade, e que daqui a um ano não tenhamos razão alguma para escrever novo artigo com o mesmo teor. ●

Sargentos ajudantes a bordo: engano ou retrocesso funcional?

Tomámos conhecimento de mais um problema que tem gerado preocupação e a não ser corrigido pode transformar-se em mais um sério factor de desmotivação e indignação dos Sargentos da Armada. Passamos à sua identificação:

O Regulamento Interno das Forças e Unidades Navais (RIFUN) aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 40/94, de 1 de Setembro, definia no seu art.º 4.45 - *Serviço de escala de Sargento de dia ao navio* - o seguinte:

1. As funções de sargento de dia ao navio são desempenhadas pelos primeiros e segundos-sargentos da guarnição, à excepção dos:

- a) Que ingressam noutras escalas diárias de serviço interno;
- b) Que concorrem em quaisquer escalas diárias de serviço externo;
- c) cuja natureza do encargo justifique dispensa, pelo imediato, da escala de serviço.

2. O sargento de dia, quando as circunstâncias o justificarem e a lotação o permita, pode ter como adjuntos um ou mais sargentos.

O Despacho do ALM CEMA n.º 41/99, de 29 de Junho, publicado na OA1 n.º 26/30-6-99 - Anexo J, altera o RIFUN em vários aspectos, por forma a torná-lo coerente com o RGSNT, nomeadamente no que concerne ao serviço de escala de sargento de dia ao navio, art.º 4.44 que

passou a ter a seguinte redacção:

1. Concorrem para a escala de sargento de dia ao navio os **sargentos-ajudantes**, [sublinhado nosso] primeiros e segundos-sargentos da guarnição, à excepção daqueles:

- a) Que ingressam noutras escalas diárias de serviço interno;
- b) Que concorrem em quaisquer escalas diárias de serviço externo;
- c) cuja natureza do encargo justifique dispensa, pelo imediato, da escala de serviço.

2. O sargento de dia, quando as circunstâncias o justificarem e a lotação o permita, pode ter como adjuntos um ou mais sargentos.

Esta regulamentação contraria o esta-

belecido anteriormente no RIFUN, o definido nos art.º 3.13 e 3.39 do RGSNT e toda a tradição naval, e quando aplicado consubstancia um grave, e a nosso ver desnecessário, retrocesso funcional, sem contribuir para a resolução de qualquer problema, aliás não se conhece qualquer um que justificasse esta medida.

Como a alteração ao RIFUN correu em paralelo com a do RGSNT, tendo este último sofrido um atraso de cerca de um ano, no qual recebeu importantes contributos da CCPSA, cremos, salvo melhor opinião, que tão inapropriada alteração se deveu a um lamentável lapso.

Aguardamos, pois, a sua rectificação. ●

DIA NACIONAL DO SARGENTO

DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-PRO

A Associação Nacional de Sargentos mais uma vez levou a efeito um conjunto de iniciativas inseridas nas comemorações do 31 de Janeiro de 1891 - Dia Nacional do Sargento, evocando o feito heróico dos seus camaradas Sargentos que participaram e conduziram a Revolta dos sargentos das guarnições militares do Porto.

À semelhança do que sucedeu nos últimos anos, as comemorações tiveram carácter nacional e decorreram em inúmeras cidades do Continente e Ilhas, iniciando-se em 26 de Janeiro e prolongando-se até 5 de Fevereiro, em Foia, Beja, Évora/Elvas/Estremoz, Chaves, Porto, Entroncamento, V. N. Barquinha, Coimbra, Vila Real, Lamego, Figueira da Foz, Caldas da Rainha, Póvoa de Varzim, Viseu. Em Lisboa, em 2 de Fevereiro, o programa foi o seguinte:

▼ Assembleia Geral (10H00 - 11H00)

▼ Assembleia Eleitoral (para eleição dos Corpos Sociais para o biénio 2002-2004)

▼ Sessão Comemorativa com intervenções e debate sobre os seguintes pontos:

□ Que Forças Armadas?

□ Sistema Retributivo.

□ Carreiras.

□ Balanço da actividade associativa e perspectivas de futuro.

▼ Almoço de confraternização.

As comemorações e as iniciativas realizadas pela ANS durante o ano de 2002 terão como lema: "Dignificação Sócio-profissional". ●



Mais uma vez nos reunimos a comemorar o feito heróico dos nossos camaradas que em 31 de Janeiro de 1891 conduziram a Revolta do Porto, também chamada de Revolta dos Sargentos.

Os Sargentos lutavam então pela defesa da soberania e da dignidade nacionais, pela tomada de medidas que lhes resolvessem os problemas de carreira, pela melhoria dos vencimentos e das condições em que exerciam a sua função militar.

Para resolverem o conjunto dos problemas que os motivava, os Sargentos de então pretendiam derrubar a monarquia e implantar a República. Como todos sabemos, os camaradas não conseguiram alcançar os seus intentos: perderam! Uns morreram na luta, outros foram presos e outros desterrados.

Mas os seus ideais, os valores e princípios pelos quais lutaram com sacrifício da própria vida, esses ideais republicanos e associativos, vieram a triunfar e a revelarem-se como as soluções adoptadas pela maioria do povo português.

A República foi implantada e os militares, com particular destaque para os Sargentos, na sequência do movimento que originou o 31 de Janeiro e por sua influência, fundaram um conjunto de associações de carácter mutualista, que entretanto foram transformadas pelo regime salazarista nos Serviços Sociais das Forças Armadas e hoje resistem na forma do actual IASFA.

Em grande medida esse impulso associativo, embora atenuado durante o período da noite da ditadura, influenciou a criação dos

actuais clubes militares e das associações. Em particular, a nossa ANS pode considerar-se descendente do movimento idealizado e criado pelos Sargentos que em defesa de princípios e valores, com grande firmeza e dignidade, se revoltaram no Porto em 31 de Janeiro de 1891.

Razões e orientações da luta actual

A evocação do feito heróico dos Sargentos que mais se destacaram na Revolta do 31 de Janeiro de 1891 no Porto, sucede neste início de século e de milénio, tal como no final do século XIX, num momento político de indefinição, de crise de valores, de graves dificuldades económicas e financeiras, de graves problemas de carreiras e de incumprimento da lei nos vencimentos dos militares das Forças Armadas, e, devido à federalização europeia sem os povos se terem pronunciado e sem se terem tomado medidas para a salvaguarda de uma reserva mínima de soberania, é a própria soberania e independência nacionais que poderão estar comprometidas.

Os Sargentos de Portugal, como é seu apanágio e respeitando a honrosa memória dos seus antepassados, não deixarão de pugnar para que, neste período de campanha pré-eleitoral em que os partidos, que se irão comprometer sobre o que tencionam fazer nos próximos quatro anos para debelar a crise e para que o País retome o seu lugar no contexto das nações, tornem claro o



que se propõem fazer acerca da matéria de Defesa Nacional, das Forças Armadas e para se pôr termo a este calvário de problemas colocados aos militares.

Como cidadãos em uniforme formados na disciplina e no respeito da lei, tudo faremos para que este Governo, no estrito cumprimento da lei e no âmbito das suas competências de gestão, implemente todas as medidas pendentes e tão necessárias à salvaguarda da Instituição Militar e dos interesses sócio-profissionais dos militares, nomeadamente:

▼ Cumprimento do estipulado nos artigos 12.º e 19.º do DL 328/99 de 18 de Agosto e com parecer favorável do próprio Ministério;

▼ Reposição da equidade na tabela indiciária dos militares das Forças Armadas com a dos militares da GNR como impõe o DL 184/89;

▼ Cumprimento do estipulado no artigo 9.º do DL 25/00, pagando os complementos de pensão em dívida aos camaradas reformados;

▼ Revisão do DL 236/99 de modo a que os militares, à semelhança do que já está estabelecido para a restante administração pública e no cumprimento de uma promessa solene do Primeiro Ministro, possam gozar do mesmo regime de férias e serem compensados pelo dia de férias respeitante a 2001 que não usufruíram por esta revisão ainda não ter sido feita;

▼ Cumprir com o dever legal de estabelecer critérios e um regime de direitos iguais para todos os funcionários da Administração Pública resolvendo o problema da adopção do subsídio de insularidade para os militares em comissão nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

▼ Revisão dos quadros orgânicos das Forças Armadas que pelo

DL 202/93 já deveria ter ocorrido em 1997, para a qual os dois últimos Governos receberam dos CEMs as respectivas propostas, atempadamente, e cujo incumprimento está a colocar problemas funcionais que poderão mesmo comprometer alguns serviços;

▼ Cumprir com o prometido pelo então MDN Dr. Jaime Gama e transposto para o preâmbulo do DL 236/99, de 28 de Junho, revendo o sistema retributivo.

Com confiança, determinação, reforçando sempre a unidade que nos caracteriza, continuaremos a respeitar a memória dos que evocamos nas comemorações do 31 de Janeiro, dignificando sempre as Forças Armadas e a nossa condição sócio-profissional de cidadãos em uniforme.

Tudo faremos para cumprirmos o lema adoptado: *Dignificação Sócio-Profissional*.

FISSIONAL



A seguir, as notícias das comemorações realizadas em algumas das localidades do país.

Lisboa

As comemorações do Dia Nacional do Sargento em Lisboa realizaram-se em 2 de Fevereiro, na Voz do Operário, como tem sido tradição. O programa (ver coluna à esquerda nestas páginas) foi cumprido na íntegra.

De entre as várias entidades convidadas, honraram-nos com a sua presença, o MDN, representado pelo Cor. Miranda, o SMOR Gab. CEMA, Smor João Pintado, o SMOR Gab. CEME, Smor Rui Fonseca, o IASFA, a Revista Militar, os Gabinetes de adidos das Embaixadas do Brasil e da Colômbia, os Sindicatos dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das FFAA, do Corpo de Guardas Prisionais e dos Magistrados do Ministério Público, este último representado pelo Dr. Bernardo Colaço, que dirigiu uma saudação à ANS e a todos os sargentos, salientando que "estou hoje aqui reunido convosco 'de pleno direito' no quadro das garantias constitucionais do direito de reunião e de associação profissional que a Lei Orgânica n.º 3/2001 de 29 de Agosto acaba de reconhecer aos militares". Presentes, ainda, a Associação 25 de Abril e as associações de militares ASMIR, AOFA, ANCE e ANMM, os clubes CSA, CSFA e CPA e as associações da polícia ASPP e APP. O PCP, o único dos partidos convidados que esteve presente nestas come-

memorações, foi representado por Rui Fernandes, do secretariado do Comité Central, que dirigiu uma saudação à ANS na qual salientou que "111 após o 31 de Janeiro de 1891, algumas daquelas que foram as razões de fundo para a Revolta dos Sargentos, embora com expressões e qualidades novas, são possíveis encontrar de novo na actualidade. Desde logo uma: a diferença entre o discurso e a prática política. Por isso dizemos muitas vezes que a prática é o melhor critério para aferir da verdade. Pela nossa parte, temos a consciência de termos honrado os compromissos que assumimos". Mais adiante, afirma que "se as Forças Armadas estão como estão, alguém é responsável, alguém não tem cumprido o seu dever. Estamos na época política em que estamos e é útil que cada um olhe para trás e reveja o que foram os últimos 16 anos. Pela nossa parte, transmito-vos serena e claramente que o PCP continuará a dizer o que pensa e a agir de acordo com aqueles que sejam os seus critérios de análise e avaliação, na senda daquela que tem sido a sua intervenção no país e na Assembleia da República".

Os membros da Direcção, presentes na mesa, fizeram intervenções sobre os temas propostos, seguindo-se um debate vivo e participado, como tem sido timbre dos sargentos, incidindo a maioria sobre a actual situação nas Forças Armadas e também sobre vencimentos e carreiras.

Em simultâneo com a sessão, realizou-se o acto eleitoral para eleição dos corpos sociais que vão dirigir a ANS no próximo biênio. Antes do início dos tra-

balhos realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária (ler pág. 9 deste jornal)

No final realizou-se o almoço de confraternização, que o bom tempo permitiu que fosse ao ar livre na área de recreio desta antiga e prestigiada colectividade lisboeta.



SAUDAÇÕES

Ministério da Defesa Nacional

No Dia Nacional do Sargento, nesta data tão carregada de simbolismo, quero saudar todos quantos, ao longo das suas carreiras, pautando o seu comportamento pelos valores de justiça, lealdade e disciplina, que são apanágio dos militares, sempre honraram e prestigiaram as Forças Armadas e Portugal. Fazendo jus àqueles valores, estou confiante que no clima de confiança mútua que temos vindo a construir, e utilizando os mecanismos de que legalmente dispomos, saberemos, dentro dos condicionamentos que a conjuntura nacional nos impõe, desenvolver um diálogo profícuo que nos levará à resolução das questões que hoje preocupam não só os Sargentos mas a generalidade dos militares. Com os melhores cumprimentos,

Rui Pena
Ministro da Defesa Nacional

Associação 25 de Abril

A Associação 25 de Abril saúda a Associação Nacional de Sargentos e, através dela, todos os sargentos portugueses, nomeadamente os reunidos nas comemorações do 111.º Aniversário do 31 de Janeiro. Associando-nos à comemoração do Dia do Sargento, manifestamos o nosso total apoio e solidariedade à acção da ANS na luta que há muito vem desenvolvendo pela defesa dos valores militares e da dignificação dos sargentos e da instituição a que pertencem. As Forças Armadas portuguesas têm-se visto mais prestigiadas pela acção dos sargentos e, em especial, da sua associação representativa.

A consolidação da vida democrática passa pela dignificação das Forças Armadas. Por isso, porque queremos continuar a lutar pelos valores de Abril, nos congratulamos e felicitamos a ANS pela acção desenvolvida também nesse âmbito. Os sargentos podem e devem orgulhar-se da sua Associação Nacional. Mas também as próprias Forças Armadas se devem sentir honradas pelas associações que os seus membros formaram e mantêm. Entre as quais, a Associação Nacional de Sargentos ocupa um lugar cimeiro.

Com as mais cordiais saudações.

Vasco Lourenço
Presidente da Direcção

Aveiro

O périplo das comemorações do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento terminou este ano de 2002 na cidade de Aveiro, no dia 5 de Fevereiro, onde os nossos camaradas que prestam serviço na Área Militar de S. Jacinto tomaram a seu cargo a organização deste evento que se revestiu de grande dignidade.

De realçar o facto de se ter procedido à eleição de dois delegados, que doravante representarão a ANS naquela unidade.

Dos assuntos discutidos, num clima de grande participação e abertura, sobressaem as preocupações relativas à falta de perspectiva de carreira, às ultrapassagens nas promoções, às injustiças retributivas e, em especial, a uma matéria que, curiosamente há exactamente um ano atrás, no jornal n.º 45, abordámos como preocupação principal dos nossos camaradas paraquedistas: o decreto regulamentar previsto no Art.º 2.º do DL 180/94, de 27 de Julho, que continua por publicar...

Como sabemos é exigido o mesmo número de saltos para todos os militares; os saltos são efectuados à mesma altura, com

Continua na pág. 8

COMEMORAÇÕES DO 31 DE JANEIRO

Continuação da pág. 7

o mesmo tipo de pára-quadras, com as mesmas condições meteorológicas, para a mesma zona de saltos, do mesmo tipo de aeronaves por todos os militares, ou seja, os riscos exigidos são rigorosamente os mesmos para todos os militares, portanto, parece-nos ser da mais elementar justiça que o subsídio de aertransportado não deva ser atribuído em função dos postos e categorias pois pretende ser a "compensação pelo risco do salto em pára-quadras" (DL 180/94). Assim se publique o referido e tão desejado decreto regulamentar... e também aqui se cumpra a lei!

Funchal

As comemorações do 31 de Janeiro na Região Autónoma da Madeira, contaram com um vasto conjunto de iniciativas na cidade do Funchal.

As comemorações iniciaram-se no dia 26 de Janeiro, com um debate sobre os problemas sócio-profissionais dos Sargentos, seguido dum jantar convívio. Nesta iniciativa esteve presente Álvaro Martins, vice-presidente da Direcção, que constatou a firme determinação dos seus camaradas que prestam serviço nesta Região Autónoma em continuarem a luta pelo reconhecimento ao direito de usufruir do subsídio de insularidade, tal como os restantes agentes da administração pública, bem como a tudo fazerem, com os restantes sargentos a nível nacional, e sob a égide da ANS, para que o Governo de Portugal cumpra com a legislação existente relativamente ao sistema remuneratório.

No dia 31 de Janeiro, os sargentos que prestam serviço no Funchal depositaram num jardim da cidade cravos com etiquetas lembrando os diferentes problemas sócio-profissionais com que se debatem os Sargentos de Portugal.

Neste dia, cerca de 140 sargentos dos 3 ramos das Forças Armadas jantaram no RG3, número que corresponde à quase totalidade dos sargentos que prestam serviço nas diferentes unidades do Funchal. De realçar o enorme impacto que as comemorações do Dia Nacional do Sargento tiveram na comunicação social local.

Vila Nova de Barquinha

No dia 31 de Janeiro comemorou-se, num restaurante de Vila Nova da Barquinha, o 111.º Aniversário da Revolta Militar do Porto. Este evento, foi organizado por todos os delegados das unidades militares dos concelhos de Vila Nova da Barquinha, Abrantes, Constância, Entroncamento e Tomar. Estiveram presentes, cerca de 240 Sargentos das diversas unidades militares e, para engrandecer o Dia Nacional do Sargento, foram convidados as entidades políticas e militares da região.

Fizeram-se representar, o governador Civil de Santarém, os presidentes das Assembleias Municipais de Vila Nova da Barquinha e do Entroncamento, das Câmaras Municipais de Vila Nova da Barquinha e de Tomar, da Junta de Freguesia da Atalaia. O Maj Gen Comandante do Campo Militar de Santa Margarida, foi representado pelo SMOR Jaime Alves, o Comandante da Escola Prática do Serviço de Material, foi repre-

sentado pelo SMOR Passos, o Comandante Regimento de Infantaria n.º 15 foi representado pelo SMOR Euleutério Pinto, o Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 4/CMSM foi representado pelo SMOR Gregório Lopes, o Comandante do Batalhão de Comando e Serviços/CMSM foi representado pelo SMOR Felgueiras, o presidente da Direcção da AMIR foi representado pelo SMOR Leal.

Pela Direcção da ANS esteve o seu presidente, ISAR Lima Coelho, e o vice-presidente, SAJ Fernando Freire.

Antes de se dar início ao jantar, o presidente da Direcção da ANS agradeceu a presença dos ilustres convidados e de todos os camaradas Sargentos. De seguida fez uma breve resenha histórica, evocando o feito heróico dos corajosos Sargentos em 31 de Janeiro de 1891.

No final do jantar foi simbolicamente cortado um bolo do 111.º Aniversário do 31 de Janeiro de 1891. Para concluir e encerrar a comemoração, o presidente da Direcção da ANS teceu algumas palavras, onde lembrou que pelo facto do Governo estar em gestão, não deve deixar de assumir as suas responsabilidades e que é inaceitável que as Forças Armadas e os militares sejam o parente pobre do funcionalismo público. Frisou que, um Governo que produz lei mas não as cumpre ou não aplica correctamente, deveria ser punido, conforme acontece aos demais cidadãos que são punidos sempre que não cumprem ou transgridem as leis.

Acrescentou que a ANS está e continua a enveredar todos os esforços de modo a que os diversos problemas que atravessamos sejam ultrapassados, pelo que desengane-se quem pense que há um baixar de braços devido à situação política actual.

Salientou que não devemos ir em boatos, como o da proposta de vencimentos, de que seria pago no vencimento de Fevereiro. Frisou que sobre vencimentos não existe nada de concreto e que a proposta do MDN é inaceitável, uma vez que não é solução para a extinção do problema de vencimentos dos militares comparativamente com os da GNR.

A comemoração do 31 de Janeiro, para esta Região Militar, foi considerada uma jornada de grande importância por todos quanto estiveram presentes.

Terceira

A Delegação da Ilha Terceira realizou uma vez mais as comemorações do 31 de Janeiro — Dia Nacional do Sargento. O evento teve lugar este ano na Freguesia das Lajes, no dia 26 de Janeiro. A antecipação da data teve como objectivo permitir a deslocação à Terceira do camarada Lima Coelho, que nos honrou com a sua presença, dignificando ainda mais a realização do mesmo.

O Programa das Comemorações foi constituído da seguinte forma:

Celebração de Missa em memória dos camaradas já falecidos, efectuada na Igreja das Lajes. O sermão, magnífico diga-se, esteve a cargo do Pároco local, em representação de S.Ex.º o Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, do qual vou tentar escrever uma das melhores passagens: "... vocês os Sargentos, ocupam um lugar de muita responsabilidade e importância na nossa sociedade, instruindo e preparando para o futuro, na esperança que se tornem melhores cidadãos as várias gerações de jovens que vão passando na Instituição Militar, a tarefa que vos está atribuída e que já



foi desempenhada por aqueles que hoje celebram aqui, não é fácil nos dias de hoje, numa sociedade com ausência de valores e referências, onde o materialismo e o egocentrismo prevalecem em detrimento da solidariedade e camaradagem...".

Romagem ao Cemitério local para oração e deposição de algumas coroas de flores junto dos túmulos dos camaradas falecidos.

Debate/Palestra, na Sala de Teatro da Sociedade Filarmónica Progresso Lajense. Para além das entidades convidadas, o número de camaradas presentes na sala foi bastante significativo, tendo em conta as péssimas condições atmosféricas que se faziam sentir, chuva e vento fortíssimo. Passo a referir as entidades e personalidades convidadas que nos honraram com a sua presença: Inspector Brito Gonçalves em representação do Sr Secretário Regional Adjunto da Presidência da Região Autónoma dos Açores; representantes da CDU dos dois concelhos, Angra e Praia da Vitória; presidente da Junta de Freguesia das Lajes, Cmdt da PSP (Angra) e Sr Saj Ávila em representação do Cmdt da Brigada Fiscal da GNR. É de referir que foram convidadas para este evento todas as entidades, religiosas, civis e militares da Ilha Terceira, sendo de assinalar mais uma vez a ausência dos nossos Cmdt's, facto que foi referido no discurso de abertura e apresentação de cumprimentos do seguinte modo: "... mais difícil que mudar as Leis é mudar as mentalidades no nosso País". Infelizmente, para provar aquilo que atrás foi escrito, temos a atitude do Sr Cmdt da BA4, não autorizando que se fizessem representar oficialmente em nome da BA4 o Sarg Mor, o presidente do Clube de Sargentos e nem tão pouco o Capelão ou a representante da Classe de Praças, todos gentilmente convidados pela Delegação da ANS. Porém, apesar disso tudo, quer o Sr Sarg Mor, quer o presidente do Clube de Sarg da BA4, fizeram questão de estar presentes em nome individual.

O debate prosseguiu com uma intervenção do camarada Lima Coelho, convincente e esclarecedora, como é aliás seu timbre pessoal. Realce para a inclusão no seu discurso de um tema que muito diz respeito aos camaradas que servem nesta Região Autónoma e que se vêem mais uma vez excluídos de um direito que é atribuído a todos os outros servidores do Estado — o Subsídio de Insularidade. A Delegação da Ilha Terceira foi contemplada este ano com a Bandeira da Associação, acto carregado de simbolismo e que muito nos orgulha e emociona. As cores e o lema "Quão Difícil nos Temos Movido" passam a partir de agora a estar presentes em todas as acções que esta Delegação realize. A sessão de perguntas e respostas decorreu animada e participada.

No Almoço/Convívio que ocorreu na mesma Sociedade, a ementa foi tipicamente regional (alcatra de carne e vinho de cheiro), o presidente da ANS procedeu à leitura do comunicado nacional, após o que se deu início à troca de galhardetes com algumas das Instituições locais presentes neste almoço.

Como nota final, lembramos que esta Festa, que é dos Sargentos, mas também dos seus Familiares e Amigos, só é possível realizar fruto do empenho pessoal de alguns camaradas e do apoio de algumas Entidades locais que generosamente contribuem sempre com aquilo que lhes é possível. À Direcção da ANS que, diga-se em abono da verdade, nos tem sempre apoiado nas nossas iniciativas, queremos deixar a seguinte sugestão: as Comemorações do 31 de Janeiro são inequivocamente a maior e mais importante mobilização de Sargentos a nível Nacional, com todas as implicações que um evento deste tipo proporciona. Porém, face ao novo enquadramento jurídico, este movimento tenderá sem dúvida nenhuma a crescer no futuro. Assim sendo e sem tirar o protagonismo às Comemorações de Lisboa, deverá, em nossa opinião, a Direcção da ANS garantir às Delegações ou Núcleos existentes um apoio (material), que considere justo e apropriado em face da média de participantes nesses locais. Só assim se poderá garantir alguma continuidade e aumentar a participação dos camaradas, para além, é claro, da dignidade que um evento como este merece. (A Delegação da ANS da Terceira)

Beja

A data histórica do 31 de Janeiro de 1891 foi assinalada na cidade de Beja com um jantar, que contou com a presença de mais de 130 Sargentos da Base Aérea N.º 11, do Regimento de Infantaria N.º 3, da GNR e de reservistas e reformados.

O jantar, que decorreu num clima de festa e confraternização, teve o seu ponto alto na evocação do feito histórico dos camaradas na Revolução do Porto e na entrega da bandeira da Associação Nacional de Sargentos, como acto de formalização daquele que passa a ser desde agora o Núcleo da região de Beja da ANS.

Após o jantar ouve um período de esclarecimento e debate bastante participado, no qual os Sargentos presentes tiveram a oportunidade de expressar o seu descontentamento em relação ao momento actual que se vive nas Forças Armadas e cujos problemas a nível de sistema retributivo, carreiras, desvalorização profissional e degradação das condições de trabalho, se refletem obrigatoriamente nas suas condições de vida e dos seus agregados familiares. ●

Ponto de Vista

Ainda sobre Estratégia

No momento em que estamos a escrever este artigo surgiu à luz do dia, pela janela dos órgãos de comunicação, a evidência da crise provocada por vinte anos consecutivos de desinvestimento e menorização dos problemas da Defesa Nacional e das Forças Armadas. A Marinha atracou, a Força Aérea voará abaixo dos mínimos, e o Exército contrai empréstimo para fazer face a problemas de tesouraria.

Continua a ver-se responsáveis a assobiar para o ar e a desviar as atenções, lançando polémicas sobre questões secundárias, a sacudir a água do capote em incriminações mútuas, em vez de assumir a plena da crise, das responsabilidades e das medidas necessárias, e urgentes!, para a debelar.

É para responder a esta preocupação dos Sargentos, repetidamente colocada em todo o País, que a Associação Nacional de Sargentos, na sequência de repetidos apelos de Sua Excelência o Presidente da República, lançou o repto aos partidos políticos para que esclareçam publicamente, em sede de programa eleitoral e antes de irmos a votos, que soluções têm.

A Direcção da ANS está convicta que esta exigência é hoje um imperativo nacional, corresponde às preocupações de uma parte significativa do Povo português, e é do ponto de vista do exercício da cidadania uma exigência: a abstenção combate-se envolvendo os cidadãos nas discussões dos problemas concretos do País e encontrando e implementando as soluções que reúnem o consenso.

Os reptos para que o debate se produza, embora lenta e timidamente, já começa a encontrar eco. Ainda não se conhece em profundidade o que cada um pensa sobre os assuntos em causa, principalmente os responsáveis pelos partidos que têm recolhido mais apoio eleitoral, mas alguns contornos do seu pensamento já permitem mais reflexão e formular novas questões.

Começa a ser possível deslindar algumas linhas de força no que concerne às questões estratégicas do País.

■ **Primeira:** finalmente começa a ouvir-se falar no Conceito Estratégico Nacional (CEN). A velha questão que temos colocado nestas páginas de saber o que o País quer ser no contexto da Europa, à luz do que se chama a divisão internacional do trabalho, encontra eco na necessidade de formular este CEN, que tanto quanto sabemos não existe sequer. O que significa que das duas uma: ou os sucessivos Governos têm dirigido o País sem um rumo definido; ou o rumo está definido em acordos estabelecidos na sombra dos gabinetes bruxelenses, à revelia dos povos, e só vão sendo tornados públicos na justa medida em que o inferno surge nas partes degradadas e negligenciadas do Estado e não haja solução mais credível do que a federalização da Europa – os povos acabam por aceitar tais medidas numa lógica do facto consumado; o que era um desígnio passa a ser uma fatalidade.

■ **Segunda:** Quanto à Defesa Nacional conseguimos definir-se duas

grandes linhas. Os que defendem que Portugal não tem no momento nem no futuro previsível ameaças externas à sua segurança e soberania, e que as ameaças se situam no contexto mais amplo dos universos europeu e atlântico, para as quais temos acordos de defesa e cooperação que protegem o País. Portanto, Portugal não necessitará de ter Forças Armadas com o actual modelo e dimensão porque a defesa do País face a tais ameaças estará assegurada pelos nossos aliados, que esses sim têm meios modernos e eficientes para tais combates. Só não é explicado que preço terá de pagar o País para que os aliados nos prestem esse serviço de segurança.

Do outro lado estão os que continuam a defender a existência de umas Forças Armadas, com meios credíveis para defenderem o País face às ameaças espectáveis. Dentro destes podem distinguir-se também duas correntes: os que defendem que o ênfase da missão das Forças Armadas deve ser colocado nas missões conjuntas multinacionais, em acções externas; os que colocam a ênfase no serviço público da Forças Armadas, em missões de salvaguarda da integridade do território nacional, das vias marítimas que o unem, do espaço aéreo, em cooperação com os PALOP, etc., concentrando aí os esforços, as energias e os recursos.

■ **Terceira:** As linhas descritas anteriormente originam posições diferentes pelo menos no plano da retórica. Os primeiros insistem na racionalização dos meios, na necessidade de reestruturação das Forças Armadas, etc., etc., como já se ouve há 16 anos com os resultados que conhecemos. Os segundos insistem na necessidade de actualização e adequação urgente dos CEN e CEDN, que originarão um novo Conceito Estratégico Militar (CEM), um Sistema de Forças (SF), etc..

Paralelamente, como um contraponto por cima da discussão essencial, desviando as atenções do essencial para o acessório e induzindo vícios no raciocínio, continua a ouvir-se falar em maior rigor nas contas da Forças Armadas, que necessitam de maior racionalização no uso dos meios e outros fantasmas que merecem reflexão e resposta.

Em primeiro lugar chamar a atenção que dizendo isto, só assim, induz na massa dos ouvintes e leitores a ideia de que há desperdício de meios, que não há rigor nas despesas e nos orçamentos das Forças Armadas. Não podemos afirmar que aqui ou ali, neste ou naquele caso, não se verifiquem, de facto, tais desperdícios e irracionalidades.

Mas podemos afirmar que o des-norte e a indefinição que se têm verificado em matéria de Defesa Nacional nos últimos 16 anos, também evidenciados pela sucessiva troca de ministros e a secundarização do ministério da tutela, não permite fazer muito melhor em matéria de racionalização e ainda menos de reestruturação, sem se saber o que se pretende, de facto, das Forças Armadas.

A questão do maior rigor orçamental nas Forças Armadas serve de lim-

bo onde se esconde o facto de serem incumbidas missões onerosas às Forças Armadas sem a necessária e correspondente transferência de verbas, estando o Governo a dever-lhes missões, como a da Guiné e de Timor, só para citar duas das mais mediáticas. Serve também para esconder o facto de a APAD (Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento), que funciona sob a tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros, inexplicavelmente, controlar e reter uma parte considerável das verbas a transferir para os ramos para pagamento de algumas missões no estrangeiro. De notar que no orçamento da defesa não só não há derrapagens, como lhe têm sido subtraídas verbas.

Verifica-se também que sobre os militares, elemento estratégico de importância vital, sobre a sua formação, as suas carreiras, os seus vencimentos, o seu nível de motivação, nada ou muito pouco se ouve falar por parte dos que se apresentam ao eleitorado, não como candidatos a Deputados como de facto ocorre, mas como candidatos a primeiro-ministro, cargo para o qual, como se sabe, não há eleições. É também sobre esta matéria que desejamos ver respostas claras antes de irmos a votos.

Mais preocupações: Ouve-se com muita insistência em fechar unidades, em reduzir as Forças Armadas a um núcleo agilizado e operacional, até se ouve falar no número de 10 mil, assim mais do tipo *Gurkas*, em racionalizar através da mobilidade horizontal os restantes 30 mil, mas não se ouvem respostas para as perguntas que tais opções colocam desde logo: **Que alteração do CEDN permite aos responsáveis políticos sustentar tais teses? Quem assegura a integridade do território nacional e das suas vias marítimas, os nossos aliados, a que preço? Como se asseguram as pensões de reforma dos militares se os descontos dos que ficarem no activo forem insuficientes? Que fazer dos restantes militares?**

Estas são questões que queremos ver respondidas antes das eleições para o parlamento em 17 de Março. Do conteúdo das respostas, ou da sua ausência, dependerá, e muito, certamente, o sentido de voto da Família Militar, dos militares e das suas famílias. ●

ANS tem novos corpos sociais

Em 2 de Fevereiro, na Voz do Operário, em Lisboa, decorreu a Assembleia Geral Eleitoral para eleição dos órgãos sociais da ANS para o biénio 2002/03. Ao acto apresentou-se uma única lista, com o lema "Dignificação Sócio-Profissional". A composição dos novos órgãos é a seguinte:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente, SCHF Manuel João Teixeira da Silva (EXE)

V. Presidente, 1SAR José Fernandes Gonçalves (FAP)

Secretário, 1SAR António Manuel Queimado Ramos (EXE)

Vogal, 1SAR Cláudio José Filipe Valente (ARM)

Vogal, SAJ Américo Rafael Lopes da Silva (EXE)

CONSELHO FISCAL

Presidente, SCH Joaquim Varino da Ponte (ARM)

V. Presidente, SAJ Fernando Manuel Santos Freire (FAP)

Relator, SAJ Domingos Paixão da Eugénia (EXE)

Vogal, SAJ João Maximino Pedro Morais (EXE)

Vogal, 1SAR Paulo Jorge Lopes d'Assunção (ARM)

DIRECÇÃO

Presidente, 1SAR António Manuel Gavino Lima Coelho (FAP)

V. Presidente, SMOR Álvaro José Félix Martins (ARM)

V. Presidente, SMOR Ernani Luís Valoura Balsa (EXE)

V. Presidente, 1SAR José António Gouveia Pereira (FAP)

Tesoureiro, SAJ José Domingos Gomes Coutinho (ARM)

Secretário, SCH Domingos Manuel Marques David' Pereira (ARM)

Secretário, SMOR João Cerca Nogueira (EXE)

Secretário, SAJ António Armando de Matos Nabais (FAP)

Vogal, SAJ António Agostinho Francisco Correia (EXE)

Vogal, 1SAR Rui Manuel Serrazina Esteves (EXE)

Vogal, SAJ Carlos Filipe Fernando Carvalho (EXE)

Vogal, SAJ Mário António Rodrigues Correia Pereira (EXE)

Vogal, 1SAR Ricardo Jorge Antunes Braz Castanheira (FAP)

Suplentes:

1SAR Augusto Manuel Gil Tomás (FAP)

1SAR António Fernando de Assunção Fernandes (FAP)

2SAR Marco Paulo Pinto Guimarães (ARM)

SAJ Isidro Soares Teodoro (ARM)

1SAR António Carlos Vidal (ARM)

2SAR/RC João Paulo Barra L. Mota Felício (FAP)

1SAR António Orlando Lima Ribeiro (FAP)

1SAR José Paulo Gonçalves Leitão (EXE)

SAJ Eliseu dos Santos Leitão (EXE)

SAJ José António Lopes Maia (MAR) ●

Compra da Sede Social determina AUMENTO DE QUOTAS

Coincidindo com as comemorações do Dia Nacional do Sargento, realizou-se, no dia 2 de Fevereiro, na Voz do Operário, uma Assembleia Geral Extraordinária tendo como ponto único a discussão e aprovação do aumento de quotas.

A proposta de aumento para **33 euros anuais**, correspondente a um aumento de 25 cêntimos por mês, foi apresentada por Lima Coelho, presidente da Direcção, e justificada pela aquisição da Sede Social, que obriga a um encargo mensal de cerca de 1.500 euros/mês durante os próximos 10 anos.

Ainda segundo Lima Coelho, o valor da quota mantinha-se inalterado há já 3 anos, com a consequente desvalorização imposta pela inflação. Em mais um momento de grande consciência associativa, os mais de 400 associados presentes aprovaram a proposta apresentada pela Direcção da ANS por unanimidade. ●

Contagem de tempo de serviço aos veteranos de guerra

Finalmente foi publicado no Diário da República, n.º 35, de 11 de Fevereiro, a Lei n.º 9/2002, de 11 de Fevereiro, estabelecendo o "Regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma". A redacção do jornal O Sargento teve oportunidade de dar uma primeira leitura a esta Lei e aconselhando todos os interessados a uma consulta mais aprofundada, realça desde já alguns aspectos importantes.

Quem usufrui desta lei

■ Os ex-militares mobilizados, entre 1961 e 1975, para os territórios de Angola, Guiné e Moçambique;

■ Os ex-militares aprisionados ou capturados em combate durante as operações militares que ocorreram no Estado da Índia aquando da invasão deste território por forças da União Indiana ou que se encontrassem nesse território por ocasião desse evento;

■ Os ex-militares que se encontrassem no território de Timor Leste entre o dia 25 de Abril de 1974 e a saída das Forças Armadas Portuguesas desse território;

■ Os ex-militares oriundos do recrutamento local que se encontrem abrangidos pelo disposto nas alíneas anteriores;

■ Os militares dos quadros permanentes abrangidos por qualquer das situações previstas nas alíneas anteriores.

Qual é o tempo de serviço militar relevante

■ O período de tempo decorrido entre o mês da incorporação e o mês de passagem à situação de disponibilidade.

Como é feito o cálculo das quotizações para a CGA e das contribuições para a segurança social

■ Os ex-combatentes subscritores da CGA podem gozar dos benefícios da contagem de tempo de serviço efectivo, bem como da bonificação da contagem de tempo de serviço militar prestado em condições especiais de dificuldade ou perigo, para efeitos de pensão de aposentação;

■ Os ex-combatentes beneficiários do sistema de solidariedade e segurança social que tenham prestado serviço em condições especiais de dificuldade ou perigo podem beneficiar da bonificação da contagem de tempo acrescido, nos termos da Lei;

■ O valor das quotizações ou contribuições a pagar é apurado com base na

remuneração auferida e na taxa em vigor à data:

□ Da prestação do serviço, se o ex-combatente já era subscritor ou beneficiário no momento da incorporação;

□ Ou da inscrição em qualquer dos regimes do sistema de protecção social, no caso contrário.

■ Quando haja dificuldade de determinação da inscrição no regime de protecção social, há lugar à aplicação da tabela de remunerações convencionais constantes na Portaria n.º 56/94, de 21 de Janeiro;

■ O disposto nas duas primeiras situações não prejudica a opção pelo regime previsto no DL n.º 311/97, de 13 de Novembro, na redacção dada DL 438/99, de 20 de Outubro, sendo a participação do Estado como segue:

Responsabilidade do pelo pagamento das quotizações ou contribuições

Rendimento	Contribuição do Estado
Até 4.100,12 €	80 %
> 4.100,12 € até 6.201,42 €	67,5 %
> 6.201,42 € até 15.375,45 €	60 %
> 15.375,45 € até 35.363,52 €	50 %
> 35.363,52 € até 51.251,48 €	40 %
> 51.251,48 €	35 %

■ O financiamento de uma percentagem do custo total das quotizações ou contribuições é assegurado pelo Estado, cabendo aos beneficiários ou subscritores a responsabilidade do remanescente.

■ A percentagem referida no número anterior é determinada com base nos escalões constantes do mapa destacado em caixa, os quais reflectem os escalões previstos no artigo 68.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

■ O pagamento das quotizações e contribuições pode ser feito de uma só vez ou em prestações, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, ou no Decreto-Lei n.º 311/97, de 13 de Novembro, conforme os casos.

Complemento especial de pensão

Aos beneficiários do regime de solidariedade do sistema de segurança social é atribuído um complemento especial de 3,5% ao valor da respectiva pensão por cada ano de prestação de serviço militar ou duodécimo daquele complemento por cada mês de serviço, nos termos do artigo 2.º.

Acréscimo vitalício de pensão

■ Os ex-combatentes subscritores da

CGA, bem como os beneficiários do regime de segurança social que tenham prestado serviço em condições especiais de dificuldade ou perigo e que, ao abrigo da legislação em vigor, tiverem já pago quotizações ou contribuições referentes ao período de tempo acrescido de bonificação têm direito a um acréscimo à sua pensão.

■ O acréscimo vitalício de pensão referido no número anterior resulta da conversão da percentagem do custo das quotizações ou contribuições pagas, devidamente actualizadas nos termos do Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, que, nos termos da presente lei, é financiado pelo Orçamento do Estado.

■ O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação do artigo 13.º-A do Decreto-Lei n.º 311/97, de 13 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 438/99, de 20 de Outubro.

Aplicação a situações consolidadas

O regime previsto na presente lei é aplicável a situações consolidadas no âmbito de cada um dos sistemas de protecção social ou nos postos consulares, bem como aos cidadãos deficientes militares, desde que os interessados o requeiram.

Requerimento

■ Os ex-combatentes referidos no artigo 1.º devem requerer à CGA, aos centros distritais de solidariedade e segurança social ou nos postos consulares, até 31 de Outubro de 2002, a contagem do tempo de serviço militar para efeitos de aposentação ou reforma.

■ O requerimento é entregue na Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, sendo posteriormente remetido ao ramo das Forças Armadas onde o requerente prestou serviço, para ser instruído com certidão do tempo de cumprimento do serviço militar, com indicação expressa do tempo de serviço prestado em condições especiais de dificuldade ou perigo.

■ Os formulários dos requerimentos de certidão a que se refere o número anterior são aprovados por portaria do Ministro da Defesa Nacional.

■ Cabe ao Governo publicitar o conteúdo da presente lei, com especial incidência nos aspectos procedimentais, através dos meios institucionais e de comunicação social adequados.

Satisfação de encargos

■ Os encargos decorrentes da apro-

vação da presente lei são suportados pelo Orçamento do Estado, sem prejuízo do pagamento da percentagem das quotizações ou contribuições que couber a cada subscritor ou beneficiário.

■ Cumpra ao Estado garantir à CGA e, bem assim, ao orçamento da segurança social:

□ A diferença de realização de valores contributivos por parte dos subscritores e beneficiários, para efeitos de fixação da pensão de aposentação ou reforma;

□ A diferença entre os valores das contribuições pagas ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 4.º da presente lei e as que seriam pagas;

■ Em caso de opção pelo regime constante do Decreto-Lei n.º 311/97, de 13 de Novembro;

■ Ao abrigo do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro;

□ Os montantes do complemento especial de pensão a que se refere o artigo 6.º.

Regulamentação

■ A presente lei é, se necessário e outra forma não seja exigível, regulamentada por portaria conjunta dos Ministros da Defesa Nacional, das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade.

■ A regulamentação a que se refere o número anterior pode, se necessário, caso a natureza e a antiguidade dos registos de remunerações existentes nas instituições de segurança social dificultem o conhecimento dos mesmos, prever critérios supletivos para a determinação da remuneração e taxa aplicáveis, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º da presente lei.

Algumas considerações finais

O diploma tem aspectos que podem ser contraditórios e suscitar interpretações erradas pelos serviços.

Não contempla todos os militares que durante a guerra prestaram serviço no Continente, nas Regiões Autónomas e em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Macau.

Não contempla as situações motivadas pela guerra que implicaram uma permanência nas fileiras mais dilatada do que muitos nos teatros de guerra contemplados pelo diploma.

Somos da opinião que o diploma deveria contemplar o princípio de que todos os militares que prestaram serviço no período de guerra, até 1975, deveriam beneficiar deste regime. ●

ANS alterou Estatutos para associação sócio-profissional

Realizou-se, no dia 19 de Janeiro, a Assembleia Geral Extraordinária da ANS, no salão da Junta de Freguesia de S. João, em Lisboa, para alteração dos Estatutos da ANS.

Em discussão esteve uma proposta apresentada pela Direcção, resultante dum amplo debate interno, incluindo a realização de dois Encontros Nacionais de Delegados. Lima Coelho, na apresentação da proposta de alteração, justificou-a com a necessidade criada pela alteração do artº 31 da Lei de Defesa Nacional, transformando desta forma a ANS em Associação Sócio-Profissional.

Os artigos alterados e respectivas redacções são os seguintes:

1.ª Alteração – Artigo 1.º

(Denominação, natureza e duração)

A Associação Nacional de Sargentos – ANS – é uma associação sócio-profissional, de âmbito nacional, dotada de personalidade jurídica, sem fins lucrativos e constituída por tempo indeterminado.

2.ª Alteração – Artigo 2.º

(Sede e delegações)

1. A Associação tem a sua sede em Lisboa.

2. ...

3. ...

3.ª Alteração – Artigo 3.º

(Fins)

Tem por objectivos a representação e defesa dos seus associados, nomeadamente, as de carácter assistencial, deontológico e sócio-profissional.

4.ª Alteração – Artigo 10.º

(Forma de convocação)

1. A Assembleia Geral é convocada por aviso postal ou através do jornal "O Sargento" expedido para cada um dos associados com a antecedência mínima de 8 dias.

2. Na convocação da Assembleia Geral, deverá constar:

- Data;
- Hora;
- Local de reunião;
- Ordem de trabalhos.

5.ª Alteração – Artigo 12.º

(Direcção)

1. A Direcção é o órgão executivo da associação e será constituída por um número impar de elementos entre 13 e 21 sócios. Cada lista decidirá o número de candidatos a apresentar para a Direcção, tendo em conta o seu programa de candidatura e os Estatutos.

2. Da Direcção farão parte, obrigatoriamente, os seguintes cargos:

- Um Presidente;
- Três Vice-presidentes;
- Um Tesoureiro;
- Três Secretários.

3. Os restantes membros da Direcção serão Vogais.

6.ª Alteração – Artigo 24.º

(Conselho Técnico)

1. Órgão consultivo da Direcção para assuntos de natureza assistencial, deontológico e sócio-profissional.

2. Este órgão é constituído por:

- Presidente e Vice-presidentes da Direcção;
- Presidente do Conselho Fiscal;
- Sócios que a Direcção entender convidar para este Conselho;
- Outros elementos que a Direcção entender consultar para

assuntos técnicos e específicos dos associados.

3. Cabe ainda a este órgão a emissão de pareceres sobre os projectos de diplomas legislativos que interessem aos sócios e exprimir opinião em matérias das suas finalidades estatutárias.

7.ª Alteração – Artigo 25.º

Este artigo regulava as funções da Comissão Instaladora que já não existe.

Este artigo é revogado.

Após a votação, que ocorreu por unanimidade, Teixeira da Silva, presidente da Mesa da Assembleia Geral, sublinhou que pela forma e pelo conteúdo das intervenções a ANS continua, de forma sustentada, um crescimento que nesta nova fase há-de levar os Sargentos de Portugal a novas e fundamentais vitórias. ●

INFORMAÇÃO COMERCIAL

Protocolo OPTIMUS - ANS

A Optimus Negócios desenvolveu em parceria com a ANS um Protocolo de Comunicação com o objectivo de facilitar os contactos entre os seus associados. Deste modo é agora possível a todos os sócios ter acesso aos Produtos e Serviços TOP NEGÓCIOS com garantia e qualidade da rede Optimus.

Produto	Assinatura	Equipamentos	Cientes Optimus	Sócios da ANS
<u>TOP 25</u>	€ 10.90 (2.185\$)	SIEMENS C35	9.900\$	1.900\$ (*)
<u>TOP 50</u>	€ 19.90 (3.990\$)	NOKIA 3330	9.900\$	Oferta
<u>TOP 50</u>	€ 19.90 (3.990\$)	SAMSUNG R210	9.900\$	Oferta
<u>TOP 100</u>	€ 34.90 (6.996\$)	NOKIA 6210	17.899\$	5.900\$ (*)

(*) Já com 5.000\$ de chamadas incluídas.

Este produto da Optimus Negócios é um pacote de minutos disponível em 3 planos (TOP 25, TOP 50, TOP 100 que incluem 25, 50 e 100 minutos respectivamente) que lhe permite escolher 1 dos 4 descontos:

- 25% de desconto nas chamadas para a rede Optimus.
- 25% de desconto nas chamadas PT.
- 25% de desconto nas chamadas internacionais.
- € 0.02/min.(4\$) ao fim de semana e € 0.03/min.(6\$) à semana, entre utilizadores da mesma conta.



PROTOCOLO EXTENSIVO AOS FAMILIARES DO ASSOCIADO

NOTA: Qualquer outro equipamento ou plano tarifário (TOP25, TOP50, TOP100) contactar o agente: **Torrescel — 93 276 49 00 — Departamento Comercial.**

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Escapes para automóveis

Protocolo entre a ANS e a SIFECA, Peças e Acessórios para Automóveis, Lda., para a venda de escapes para automóveis nas seguintes condições: Todas as vendas serão na modalidade de venda a dinheiro, com o desconto de 30%.

Esta empresa, fornecedora, entre outros, dos escapes FONOS/WALKER, tem estabelecimentos em:

- **Entroncamento**, Zona Industrial — Telef. 249 720 059
- **Lagoa** (Algarve) Rua Mouzinho de Albuquerque, 3
- **Vila Nova de Gaia**, Rua Cons. Veloso da Cruz, 81. ●

Caravanas

Protocolo com o Stand Monte Carlo, da Motril, Lda, para a venda de caravanas e autocaravanas, acessórios e material de reposição. Descontos a sócios da ANS de 4% em caravanas; 3% em autocaravanas; 10% em material de reposição; 10% em acessórios. Facilidades de pagamento até 60 meses. OBS.: Os descontos só são válidos fora de "Campanhas", "Promoções" ou "Feiras".

Sede e vendas: Rua Sacadura Cabral, 131 S. Pedro do Estoril - Tel: 214 671 765.
■ Exposição e vendas: Estrada Estoril/Sintra (junto ao Autódromo). ●

Pneus, peças e acessórios

Protocolo da ANS com as seguintes empresas:

■ **Recauchutagem Torrejana**, com descontos de 25% a 35% da tabela de revenda. Pagamento no acto de compra.

Localização: Bairro do Nicho - Torres Novas
Tel. 249 822 515 / 249 822 161.

■ **GraciAuto**, para a venda de peças e acessórios para automóveis, nas seguintes condições: vendas a dinheiro, com desconto de 30%, excepto extras e material de origem.

Localização: Entroncamento - Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30 A - Tel: 249 725 649.

■ **NOTA:** Foi suspenso o protocolo com a **HiperPneus.** ●

Combustíveis CEPSA

Protocolo com a CEPSA Portuguesa, Petróleos S.A., para os sócios da ANS e seus familiares directos. O montante de 6\$00 por litro de qualquer combustível é descontado directamente no acto do pagamento mediante a apresentação do cartão "Cepsa Team". Aos titulares deste cartão assiste também o desconto de 20% em lubrificantes, para além da acumulação de pontos para obtenção de prémios constantes no

Catálogo CEPSA.

Pede aos Delegados da ANS a circular explicativa das condições de adesão. A "Proposta de Adesão" tem de ser preenchida para a obtenção do cartão da Cepsa, a qual posteriormente é autenticada pela ANS. Só a ANS pode enviar as propostas à CEPSA para emissão do respectivo cartão.

Os sócios, em especial os que se encontram na situação de reforma ou na reserva, que não receberam a Proposta de Adesão, podem solicitá-la ao Delegado da ANS na unidade, ou directamente à secretaria da ANS, em Lisboa. ●

Medicina dentária

Protocolos com:

■ **Lubidente - Centro Médico e Dentário**, com descontos de 15% nos tratamentos de Estomatologia, Próteses dentárias e Ortodôncia.

Localização: Rua Prof. Noronha Feio, 12 A Queijas
Tel. 214 183 041

■ **Clínica Dentária dr.ª Rosário Saramago**, com descontos de 15% nos tratamentos, a sócios e familiares.

Localização: Rua Proj. à Miguel Bombarda, 5 - loja 3
(junto ao Centro de Saúde) Entroncamento
Tel. 249 725 767 ●

Aluguer de viaturas

Na National (rent-a-car) desconto no aluguer de viaturas. As reservas são efectuadas pela ANS. Os associados para usufruírem deste protocolo devem contactar a secretaria da ANS para efectuarem o seu pedido.

Localização: Albufeira, Portimão, Faro, Monte Gordo, Lagos, Vilamoura, Porto, Lisboa, Cascais, Leiria, Castelo Branco, Braga, Évora, Ílhavo, Madeira e nos aeroportos de Lisboa, Porto, Faro e Funchal. ●

Instrumentos musicais

Descontos na compra de instrumentos musicais de uma vasta gama de marcas. Protocolo estabelecido com a firma "O Acorde, Lda.", na Rua do Fragoso, 4, em Évora, que pratica um desconto de 15%+5% nas vendas a pronto a sócios da ANS. Um dos aspectos interessantes é o facto desta firma ter uma loja virtual na internet:

www.portugal@shopping.pt/acorde onde os artigos expostos têm um já um desconto de 15%. Nesses artigos os sócios da ANS têm mais 5% de desconto. Informa-te junto da ANS. ●

OBS.: Informa-te sobre estes protocolos junto da ANS. ●

Militares fizeram um apelo muito claro aos políticos europeus

Soldados nas ruas em defesa dos seus direitos

A decisão da EUROMIL em tomar parte na manifestação organizada pela Confederação Europeia de Sindicatos - ETUC, antes do Conselho Europeu de Laeken, foi uma atitude quase histórica.

No passado dia 17 de Dezembro, juntamente com cerca de 100.000 sindicalistas, militares da Alemanha, Bélgica e Holanda, transportando bandeiras e faixas representando muitos outros países e associações membros da EUROMIL, manifestaram-se por uma Europa social e democrática e identificaram-se com o lema da manifestação "Europa - somos nós!".

Para além da introdução da moeda única, o Euro, a história mais recente da Europa foi especialmente marcada por um rápido desenvolvimento da Política de Defesa e Segurança Comum. Contu-

do, quando os políticos discutem a política de defesa parecem esquecer, com frequência, a questão humana - os militares. Desde o final da "Guerra Fria" que os orçamentos da defesa têm diminuído anualmente ao mesmo tempo que as missões das forças armadas se têm expandido. Esta controvérsia levará a situações em que os governos não mais serão capazes de cumprir com todas as exigências no plano militar sem ter de pôr em risco a vida dos seus militares devido à insuficiente ou mesmo falta de capacidade técnica, treino capaz ou equipamento adequado.

Para além destas dificuldades acresce dizer que ainda um terço dos Estados membros da UE - entre os quais a França e o Reino Unido - negam aos seus militares o direito fundamental ao associativismo, inviabilizando qualquer



Cartoon da revista militar italiana Il Giornale Carabiniere

possibilidade de estes se organizarem na defesa dos seus interesses sociais e profissionais.

Sob o lema "Militares para a Europa! - Europa para Militares?", a EUROMIL apelou aos políticos europeus para que constituam uma Europa social onde se incluam os membros das forças armadas e suas famílias. Exigências claras e concretas foram formuladas em diversas faixas: diálogo social para os militares, melhores condições de trabalho e mais segurança de forma a compensar o risco de vida que os militares, claramente assumem em qualquer missão.

"Foi a primeira vez que a EUROMIL

participou neste tipo de acções e tenho a certeza que para muitos militares mais conservadores, mesmo dentro da EUROMIL, havia um grande cepticismo acerca da nossa participação" diz o Secretário Geral da EUROMIL, Ulrich A. Hundt, acrescentando que "o risco que isto comporta faz parte da nossa missão, e eu tenho a certeza que iremos ver muitas mais acções deste tipo, quer a nível nacional, quer a nível europeu nos anos que se avizinham". Ao mesmo tempo fez referência a exemplares manifestações em tempos mais recentes na Irlanda, Portugal, Hungria, Bélgica e mais recentemente na Alemanha. ●

PLANO ANS DE SEGUROS

A ANS celebrou com um corretor especializado em seguros individuais e familiares, um protocolo de prestações de serviços, englobando um conjunto de produtos do ramo segurador, a **preços significativamente baixos e exclusivamente** para Sargentos sócios desta Associação.

Eis alguns exemplos da gama de produtos disponíveis:

- ✓ **AUTOMÓVEL** (Responsabilidade Civil, incluindo Assistência em Viagem, Ocupantes de Viatura e Protecção Jurídica)
 - ☛ Preços a partir de 135 euros/viatura
- ✓ **MUTI-RISCOS/HABITAÇÃO** (vários riscos numa só apólice)
 - ☛ Paredes 2.90 euros/5.000 euros)
 - ☛ Recheio (5.19 euros/5.000 euros)
- ✓ **ACIDENTES DE TRABALHO** (empregada doméstica - trabalho à hora)
 - ☛ Preços a partir de 7.10 euros por cada 500 euros
- ✓ **SEGURO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS** (doença/acidente)
 - ☛ Preços a partir de 37.31 euros/ano
- ✓ **VIDA** (exclusivo para sócios da ANS, incluindo missões no estrangeiro)
 - ☛ Coberturas: Morte, Invalidez Total e Permanente
 - Exemplos:**
 - Capital seguro: 5.000 euros Função: Adm/Operacional-Risco Standard
 - Militar (idade): 30 anos
 - Custo/Total/Mês: Portugal e Países da EU → 1.15 euros/mês
 - Comissões fora UE (Kosovo, Timor, etc) → + 0,83 euros/mês

CONTACTA:

Sede da ANS: ☎ 21 815 49 66 / Fax: 21 815 49 58.

Paga menos pelos teus seguros aderindo ao Plano da ANS

Para mais informações, recortar e enviar para a ANS, Rua Barão de Sabrosa, 57 - 2º 1900-088 Lisboa

Nome: _____ Nº sócio _____

Morada: _____

Telefones p/contacto: _____ / _____

✓ ou, consultar os Delegados da ANS ou a sua sede, pelo telefone 218 154 966 ou fax 218 154 958

✓ ou, através do Serviço do Corretor, pelos telefones 214 351 154 e 214 358 271 ou fax 214 363 214

✓ ou pelo e.mail: declassseguros@clix.pt



ANS participou na iniciativa da Euromil